

# Momentos de Hegemonia – raízes históricas do capitalismo autoritário e a política educacional: o caso da Hungria\*

Attila Melegh\*\*

**Resumo:**

Este artigo apresenta uma breve análise da reviravolta nacionalista antiliberal na Hungria após a década de 1990 à luz do conceito gramsciano de hegemonia, destacando, no plano político, o papel da produção discursiva na formação da classe de transição e, no plano econômico e social, o papel da política educacional.

**Palavras-chave:** nacionalismo; elite hegemônica; ocidentalismo.

## Moments of hegemony – Historical Roots of Authoritarian Capitalism and Educational Policy: The Case of Hungary

**Abstract:**

This article presents a brief analysis of the antiliberal nationalist upsurge in Hungary after the 1990s in light of the Gramscian concept of hegemony, highlighting, at the political level, the role of discursive production in the formation of the transitional class and, at the economic and social level, the role of educational policy.

**Keywords:** nationalism; hegemonic elite; occidentalism.

### Introdução

Estamos assistindo à emergência de um novo ciclo de autoritarismo no mundo. Vemos mudanças históricas dramáticas na Rússia, Turquia, Hungria, Índia, leste da Ásia e também na América Latina, voltadas ao controle autoritário do Estado e da opinião pública. Cada vez mais, políticos “democraticamente eleitos” mantêm as estruturas de eleições parlamentares clássicas e o controle

---

\* Traduzido do inglês por Pedro Bocca. Revisão de Patrícia Villen.

\*\* Doutor em Sociologia, professor da Universidade Corvinus, Budapeste, Hungria. Autor de *On the East-West slope. Globalization, nationalism, racism and discourses on Eastern Europe*. Budapest; New York: Central European University Press, 2006. End. eletrônico: [attilamelegh@gmail.com](mailto:attilamelegh@gmail.com)

sobre a centralização do poder apenas como fachada. Em alguns Estados há uma violência política direta contra ativistas e representantes de “poderes secretos” de “pessoas” como “Soros” e “Gülen”.

Não analisaremos todos os “eventos” atuais – e bastante concretos – destas mudanças, mas nos concentraremos na lógica de poder envolvida na conquista e manutenção deste poder em particular ou nas técnicas midiáticas correntes para, depois, iluminar fatores histórico-estruturais que explicam como esta “revolução passiva” e estas mudanças puderam ocorrer com o consentimento do povo. Isso significa que uma questão sociológica chave é explicar o exercício da hegemonia, quando um número suficiente de pessoas, inclusive eleitores, têm a percepção de uma identidade básica entre seu próprio interesse (culturalmente traduzido como autoconsciência) e o do grupo social dominante (Gramsci apud Forgacs, 2000, p. 194; Riley, 2010, p. 12). A partir dessa perspectiva analítica, que deriva de Antonio Gramsci, considero que, nas situações de hegemonia, dado o enquadramento de “mapas mentais” estruturalmente condicionados, os “interesses” de amplos setores das massas são congruentes com aqueles dos grupos de elite em questões específicas consideradas vitais, enquanto outros interesses – possivelmente conflituosos – estão ocultos ou muito fragmentados.

No caso da Hungria, isto se refere à luta contra o “globalismo liberal”, à reviravolta “antiliberal” e à “exclusão de imigrantes”. Em 2017, no aniversário da Revolução Húngara de 1956, o primeiro ministro Orbán apresentou a luta contra os “globalistas” da seguinte maneira:

Lembrar também nos ajuda a manter a verdade sobre nossa vida atual, com olhar firme. A verdade é que, trinta anos após o comunismo, uma vez mais há um poder mundial que busca transformar as nações europeias em um monocromo, em uma massa homogênea. Como todas as nações europeias cultas, nós húngaros sempre tivemos nossa própria noção de nosso país: uma visão de liberdade e civilização; uma visão de como sermos humanos e de como vivermos como seres humanos. Assim, ao longo da história, nós sempre reconstruímos a Hungria, depois de nos livrarmos de nossos opressores. Assim foi após destruímos o comunismo e expulsarmos os soviéticos. A verdade é que agora, três décadas depois, tudo o que pensamos sobre a Hungria e o modo de vida na Hungria está mais uma vez sob ameaça. A verdade é que, após reconquistarmos nossa liberdade em 1990, mais uma vez encontramos uma encruzilhada em nossa história. Queríamos acreditar que os velhos problemas não poderiam mais voltar, que o sonho ensandecido dos comunistas de nos transformar, a nós húngaros, em *Homo sovieticus*, nunca mais retornaria. Agora estamos aqui surpresos por perceber que as forças do globalismo tentam arrombar nossa porta, trabalham para tornar, a nós húngaros, *Homo brusselius*<sup>1</sup>. Queríamos acreditar que nunca mais teríamos de

---

<sup>1</sup> N. do T.: Referência a Bruxelas, sede de fato da União Europeia.

lidar com forças políticas, econômicas e intelectuais que procuram cortar nossas raízes nacionais. Nós também queríamos acreditar que na Europa não havia lugar para terrorismo e violência<sup>2</sup>.

Então, aqui estão as “nações europeias cultas” com uma visão de “civilização”, lutando contra o “*Homo sovieticus*” e agora contra o “*Homo brusselius*”, que, junto a outras forças do “globalismo”, tenta prejudicar nossas raízes nacionais.

A fim de entender os acontecimentos atuais na Hungria, temos de fazer uma breve análise histórico-estrutural para examinarmos como o país foi reintegrado aos processos globais e como a interação discursiva global-local tem se desenvolvido. Primeiro, precisamos ver como a abertura foi administrada na década de 1980, como preparou o cenário para a atual “vingança” e como configurou a lógica ideológica do “antiliberalismo” autoritário.

### **Desmantelamento do socialismo de Estado, classes transitórias e a história do partido no governo (FIDESZ)**

Ao desmanchar o socialismo de Estado, a Hungria estava seguindo uma clara linha neoliberal, sob o comando quase incondicional do Ocidente. Neste processo, intelectuais e experts tecnocratas desempenharam um papel específico e, na verdade, podemos argumentar que formaram uma “nova classe” transitória, como analisado por Ivan Szelényi no final dos anos 1970 e início dos 1980, na obra intitulada *The Intellectuals on the Road to Class Power* (Szelényi, 1982).

A nova classe (intelectual) não tinha realmente a opção de praticar o direito de propriedade até que essa possibilidade fosse aberta via controle do Estado, que se tornou um Estado “leiloeiro”, como afirmou mais tarde Böröcz (1999). Neste processo de formar uma classe transitória, o controle do Estado era decisivo e configurava-se um momento histórico sem repetição. Esta oportunidade histórica deveu-se, parcialmente, à mudança global em curso, sobretudo ao novo ciclo do capitalismo global, o recém-garantido livre movimento de capitais (com um dramático aumento na participação dos IDE<sup>3</sup> e suas consequências para o mercado de trabalho). No conjunto, isto levou à exclusão da “velha” elite partidária que bloqueava a formação da nova classe de intelectuais e tecnocratas anticomunistas. Ela poderia ser completamente deslegitimada com base na sua participação no abafamento de diversas revoluções no Leste Europeu em 1956, 1968, 1980 etc.

---

<sup>2</sup> Discurso de Orbán sobre o 61º aniversário da Revolução de 1956 e a Luta pela Liberdade. Disponível em <http://www.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-ministerviktor>. Acesso em 01 Fev. 2018.

<sup>3</sup> Investimentos Estrangeiros Diretos, FDI no original (N. T.)

A nova classe redistribuiu e privatizou a propriedade, em conjunto com o capital global, sob a supervisão das organizações globais e da União Europeia.

Neste processo, houve uma interessante interação local entre nacionalistas emergentes, liberais e a ala reformista do antigo partido de governo, que disputaram quem controlaria quais partes desta privatização, em prejuízo dos outros e de grupos políticos e sociais excluídos do processo. É muito importante destacar que a classe trabalhadora foi excluída e sofreu brutalmente devido à perda de 1,5 milhão de empregos num país de 10 milhões de habitantes. Para ela, esta é a mais traumática experiência, que até hoje desempenha um papel no seu comportamento político. Alguns grupos, como os Jovens Democratas, então liderados por Orbán, também foram excluídos ou assediados por tentarem ganhar algo durante as privatizações. O partido FIDESZ, liderado por Orbán, foi esmagado por essa elite hegemônica e deu início, então, a um deslocamento estranho e de longo prazo, do liberalismo ao nacionalismo e ao nacionalismo autoritário de hoje. Podemos entender isto apenas de uma perspectiva discursiva.

Como amplamente asseverado, a ideia utópica de Europa ou uma versão renovada do discurso Leste/Oeste estava relacionada ao novo ciclo da globalização, embora não fosse completamente dependente disso (Amin, 1989; Melegh, 2006; Böröcz-Kovács, 2001 e Gagyí, 2016). Ressalto que este discurso Leste/Oeste era um fator importante neste processo de formação de classe e do atual antiliberalismo Anti-Occidente.

Como evidenciado por muitas análises qualitativas, por volta dos anos de 1980 houve uma mudança discursiva em relação à anterior configuração da competição entre modernidades, na qual o jogo de desempenho da modernização quantitativa entre as regiões do “Oriente” e do “Occidente” era praticado e institucionalizado. Esta versão mais antiga não poderia ter ajudado o desenvolvimento pleno desta hegemonia da classe de transição por ter permitido uma autonomia do “Leste” como modernidade alternativa; portanto, o socialismo europeu do Leste era visto como uma opção viável que poderia ser usada como uma possível alternativa ideológica. Este sentido de modernidade alternativa tinha que ser eliminado primeiro e isso aconteceu bem antes do colapso do socialismo de Estado. Ele foi substituído pelo novo discurso Leste-Oeste que reinventou hierarquias geopolíticas e geoculturais qualitativas, legitimando e moldando identidades políticas coletivas de reação ao desenvolvimento desigual e à competição feroz por recursos. Uma vez resumi o papel deste discurso da seguinte maneira:

O papel do discurso Leste-Oeste e da vocação civilizacional Leste-Oeste é estabelecer os termos e as regras do posicionamento global e local, e de formular perspectivas e mapas cognitivos nos quais diferentes atores podem se localizar, cada um deles e suas próprias sociedades, no tardio sistema capitalista mundial moderno ou no sistema moderno/colonial. Em outras palavras, a

vocação civilizacional Leste-Oeste é um discurso dominante para a articulação de identidades e programas políticos e para a criação de instituições na luta pelo controle e/ou reconhecimento político ou social. Ela aparece em quase todas as áreas da vida política e social: carreiras individuais, vida em família, estruturas institucionais, obras acadêmicas e nos principais programas políticos, criando uma rede de arranjos discursivos que “normalizam” nossas vidas na última fase do capitalismo mundial.” (Melegh, 2006, p. 188)<sup>4</sup>.

A (re)aparição de discursos civilizacionais da Europa, dentro e fora da região, foi muito útil para a ascensão da nova classe dominante pró-Europa e pró-Occidente, que pôde, de fato, constituir-se como classe, por meio da adoção destes princípios ideológicos. As questões-chave sobre o desenvolvimento foram colocadas num terreno cultural-civilizacional de modo que o controle da “intelligentsia” pudesse ser fortalecido diante de segmentos mais amplos da sociedade, bem como de outros grupos de elite. Esta oportunidade foi rapidamente compreendida e adotada pela “intelligentsia”. De fato, os sociólogos bem notaram a centralidade desse controle cultural (discursivo) pela elite durante e após a mudança de regime.

A sociedade pós-comunista pode ser descrita como uma estrutura social particular, na qual o capital cultural é a principal fonte de poder, prestígio e privilégio. A posse de capital econômico situa os atores, sobretudo na camada intermediária da hierarquia social e a conversão do capital político anterior em riqueza privada é mais exceção que regra. De fato, a conversão do privilégio comunista anterior em um equivalente pós-comunista ocorre apenas quando os atores possuem os tipos certos de capital para fazer a transição. Assim, aqueles que estavam no topo da hierarquia social sob o socialismo de Estado puderam preservar esse lugar apenas quando foram capazes de operar um “ajuste de trajetória” – na atual conjuntura, isso significa ser bem provido de capital cultural. Em contraste, aqueles que contavam exclusivamente com o então desvalorizado capital político da era comunista não foram capazes de converter este capital em algo valioso – e, provavelmente, tendem a uma mobilidade descendente. (Eyal et al., 1998, p. 6)

Esta é uma boa descrição à qual nós apenas teríamos que acrescentar que este discurso cultural-civilizacional geral ajudou muitos intelectuais a “ajustarem suas trajetórias” visando posições de elite mais articuladas, o que moldou discursos e políticas educacionais. A “tradução” do saber do “modelo Ocidental” (sistema jurídico, processos históricos, mecanismos de mercado, etc.) representou um negócio para muitos naquele tempo, e esse saber podia levar a posições importantíssimas.

---

<sup>4</sup> Aqui me refiro à ascensão da ideologia “Europa” na escrita da história, nos estudos culturais e em outras áreas científicas.

Esse discurso era regional e, desse modo, os conflitos sociais internos eram ocultados ou suprimidos (era como se não houvesse grupos distintos no Leste Europeu, apenas Europa do Leste ou central como tais). Quando as divisões sociais eram consideradas, apareciam como naturais ou como questões a serem resolvidas depois, já que eram apresentadas como decorrentes da falta de desenvolvimento “orgânico” local. Sob essa perspectiva, o desemprego era natural e os problemas desapareceriam depois, quando nos tornássemos propriamente europeus, de acordo com essa construção ideológica. Essa lógica regional também impulsionou as questões das minorias e étnicas, reformulando o debate social em termos de etnias. O simbolismo regional e a noção de desenvolvimento baseado no território promoveram a ativação do Estado como autoridade territorial. Isso permitiu, portanto, que o Estado primeiro abrisse o direito de propriedade (podendo superar o “vácuo de propriedade” por meio da criação das possibilidades técnicas de privatização). Essencialmente, foram criadas as primeiras organizações para praticar e, basicamente, inventar direitos de propriedade, sem qualquer controle por grupos que representassem uma redistribuição racional.

Isso permitiu desqualificar, a partir de uma referência civilizacional ou racista, todas as outras opções que não fossem aquelas que idealizam o Ocidente, bem como provocar o colapso ou a subordinação de todos os vínculos preexistentes com os movimentos progressistas da África e da América. Os vínculos entre a crítica radical no Ocidente e na Europa do Leste também desapareceram. Isto dirigiu o foco para a Europa e, assim, a crítica pós-colonial que emergira da interação entre o “Ocidente” e os setores relevantes do “Terceiro Mundo” não chegou ao Leste Europeu ou os europeus do leste não deram ouvidos a ela.

Neste novo discurso hegemônico, os “inimigos” centrais eram os antiliberais, os nacionalistas anti-Ocidentais, que já falavam de conspirações na distribuição de capital para os inimigos da nação, interna e externamente. Um caso exemplar foi o escritor István Csurka, que disse em 1998 o seguinte:

O objetivo final é o extermínio dos húngaros. Não por meio de armas, de gás letal, mas de políticas financeiras, do roubo de nossas oportunidades para disponibilizá-las para outros. A época atual, em que estamos vivendo, mas sobretudo a que está por vir, o próximo século, será a era da mobilidade. As pessoas de cor que vivem em extraordinária pobreza, mas cujas populações crescem rapidamente, migrarão do Leste para o Oeste e do Sul para o Norte. O capital financeiro e os bancos promovem essa mobilidade em massa, porque é do seu interesse<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Consultar <http://www.magyardat.com/csurka-istvan-a-vegso-cel-a-magyarsag-kipusztitasa/> Acesso em 13 Fev. 2018.

Nos anos 1990, esse tipo de nacionalista era ridicularizado, mas, na verdade, esse discurso pôde penetrar no *mainstream*, contando agora com a ajuda de Orbán – antes o *superstar* da intelligentsia pró-Occidente, que se tornou um arquétipo de nacionalista radical nos anos 2000. Temos que nos perguntar como e por que isto aconteceu e qual lógica as revoluções antiliberais, passivas seguiram no Leste Europeu.

### **A emergência do ciclo autoritário global e na Hungria**

Algumas das contradições internas da era neoliberal têm sido entendidas por alguns atores políticos, inclusive o Sr. Orbán que, definitivamente, visa tornar-se um líder de uma semifascista, supernacionalista, contrarrevolução “passiva” pan-europeia, um processo em curso que foi acelerado pela crise dos refugiados. A causa original disso é o declínio objetivo da Europa em âmbito global e a reestruturação da classe trabalhadora, que está ligada a uma intensa luta entre diversas elites de negócios pelo controle do capital. Este processo geral de reestruturação levou ao surgimento de algumas “frustradas” e relativamente jovens elites, que reivindicam o poder e fazem uso de novas técnicas discursivas. Não devemos nos esquecer de que esta nova elite e seus *experts* já receberam previamente, em nossas universidades, movimento político profissional e apoio de comunicação/mídia. Este conhecimento pode ser utilizado diariamente.

Essas elites, desafiando aquelas hegemônicas anteriores, compreenderam o sentimento de insegurança, isolamento e frustração da classe trabalhadora “abandonada” no início da era neoliberal, no Oriente e no Occidente. É importante destacar que elas compreenderam esses sentimentos e, simbolicamente, estão lidando com eles, mas nunca tentaram ajudar efetivamente a classe trabalhadora, para além de discipliná-la em termos do trabalho público e de remover as ajudas àqueles considerados inúteis (Melegh, 2016; Szikra, 2014). Esta nova elite desafiadora também precisou questionar suposições antigas de que a hegemonia e a reputação do Occidente são intactas. Elas poderiam facilmente destruí-las com uma campanha midiática – por exemplo, a afirmação de que a Europa deve ser vista como “benevolente”, que, claro, nunca foi verdadeira, mas foi mantida nos discursos públicos pelo menos desde a década de 1980. Além disso, a superioridade do Occidente e as associadas hierarquias de prestígio intra-europeias e intrarregionais – segundo as quais os “europeus orientais”, os “europeus do Leste”, são supostamente passivos e dependentes de políticas do Occidente – também foram questionadas (Todorova, 1997). Esta “revolução” contra aqueles “fósseis liberais” ocidentais ou apoiados pelo Occidente pode ser realizada por discursos públicos e, pacificamente, por eleições democráticas.

Em 2010, na noite de sua “gloriosa” vitória, Orbán denominou esse processo uma “revolução das urnas”. De acordo com ele e com os membros desta nova (e velha) elite, esta revolução está em curso, primeiramente na Hungria, depois no Leste Europeu e, possivelmente, em algum momento, também na Europa ocidental. Além disso, é importante entendermos que as classes trabalhadoras domésticas abandonadas (inclusive aquela do socialismo de Estado do Leste Europeu) protagonizaram uma revolta silenciosa. Este grupo social já foi lançado num novo tipo de economia de serviços, financiada por meio de métodos inseguros de créditos e mercados de ações, elaborados após o colapso do socialismo de Estado e, na Europa Ocidental, do sistema keynesiano que favorecia amplas margens de lucro nas sociedades capitalistas até 1970. O colapso começou com a crise financeira, continuou com a crise da dívida internacional, e a crise dos refugiados apenas deu novo ímpeto às revoluções passivas em curso, às guerras e às mudanças em larga escala.

Mas uma coisa não deve ser esquecida: o surgimento de novos governos autoritários não está questionando o capitalismo como tal e serve, basicamente, como um novo método de administrar uma economia aberta e em desenvolvimento desigual, na qual o Estado nacionalista está supervisionando alguns processos de acumulação (e, sobretudo, realocando alguns ativos para oligarcas locais). Os Estados-nações autoritários tentam, basicamente, responder à competitividade disciplinando e produzindo uma força de trabalho local “adequada” a um capital extremamente móvel (ver, entre outros, Deppe, 2013; Melegh, 2016).

### **Política educacional e intervenção<sup>6</sup>**

A Hungria está experimentando atualmente uma mudança nas suas políticas educacionais. No geral, durante as transformações dos anos de 1980 e 1990, o sistema húngaro de educação superior desenvolveu um Ocidental-centrismo quase incondicional, implicando que todas as iniciativas políticas e reformas fossem vistas como métodos para se avançar rumo a um cenário mais “democrático” e “europeu desenvolvido”. Eficiência, racionalização, melhor competitividade internacional e redução de gastos excessivos eram objetivos centrais nestas reformas, que também foram legitimadas pelo contraste desses valores com aqueles da era socialista anterior (Neumann et al., 2012). Apesar desses esforços, o sistema educacional permaneceu um tanto caótico, mesmo após a introdução do sistema de Bolonha em 2005. Durante esta mudança, houve um aumento surpreendente na proporção de estudantes nos grupos etários relevantes, de 12% para mais de 40%. Esta expansão não era apenas um objetivo direto da política

---

<sup>6</sup> Este item usa partes selecionadas de uma publicação com meus colegas (Ginelli et al., 2018).



nacional de educação, mas também uma reação indireta à perda de trabalho após o colapso do socialismo de Estado. A educação superior passou a ser vista como solução para os altos índices de desemprego e para a baixa taxa de participação da força de trabalho (para uma visão geral, veja Berényi, Eross; Neumann, 2011). Enquanto isso, o mercado de trabalho local discriminava positivamente quem tinha algum tipo de educação superior.

Como explicado acima, em nome da competitividade, houve, recentemente, uma interessante mudança ideológica visando à combinação de ideias neoliberais e nacionalistas, associada a um claro objetivo de centralização e de intervenções governamentais diretas, que é uma das características reconhecidas do neonacionalismo (Feischmidt; Hervik, 2015).

Este processo fica mais tangível quando aplicado para reformar o ensino primário e secundário, com um notável esforço para estabelecer um modelo dual de educação, separando o ensino secundário, orientado para humanidades, da escola técnica. De fato, em linha com a nova estratégia nacional para a educação superior (ver abaixo), o governo está reduzindo o papel do ensino secundário em favor da educação técnica. Em 2011, o governo reduziu de 18 para 16 anos a idade obrigatória de escolarização e, na ocasião, foi amplamente criticado por professores e pais. Esta ação específica foi acompanhada por uma mudança no sistema de produção de livros didáticos, de um sistema orientado pelo mercado para outro completamente centralizado que permitia apenas duas versões de livros para cada assunto. Isso foi aliado a uma “virada nacionalista” no currículo, o qual passou a enfatizar o glorioso passado nacional, reduzindo as perspectivas críticas reflexivas.

As mudanças na educação superior foram igualmente radicais (ver, entre outros, Matthews, 2017; Deák, 2015). A nova estratégia da educação superior nacional carrega um título bastante expressivo: “Mudando a marcha na educação superior”. Este documento orientado para negócios faz referência à promoção irrestrita de uma política industrial estruturalmente voltada para a educação, com a promessa de aumentar a competitividade, ao satisfazer diretamente as necessidades do mercado de trabalho e ao desenvolver seletivamente apenas os “campos-chave” da educação.

Segundo o documento, este novo sistema educacional será capaz de manter a aceleração do tempo “ditada pelo mundo global” e não deixará lugar para “relaxamento”. Ademais, o documento destaca que isto poderia ser alcançado pelo esclarecimento das “relações de negócios” e pela identificação de quem dá ordens e de quem é o proprietário. Portanto, não nos causa espanto o fato de que este documento estratégico centra o foco predominantemente na medicina, na informática, na engenharia e nas ciências naturais como áreas de intervenção

especial, não havendo menção às ciências sociais, com a mera exceção da economia. Algumas ciências sociais “soft”, como os estudos de comunicação, perderam o apoio estatal, ou seja, ao contrário da maioria dos programas, os graduandos em comunicação não são financiados pelo governo.

Aparentemente, o governo está usando esse documento estratégico para encobrir os cortes e o redirecionamento do apoio financeiro estatal às ciências sociais. Nos últimos anos, houve diversos ataques às ciências da comunicação, aos estudos jurídicos e à economia, tanto em termos de qualidade, quanto de currículo. Fundos públicos foram criados pelo Banco Nacional Húngaro para promover o ensino da economia “não ortodoxa”.

Manobras semelhantes foram feitas contra os “estudos de gênero”, alegando que as elites liberais estariam promovendo valores e modelos que prejudicam a reprodução da nação. Segundo os proponentes do novo regime, no lugar de uma abertura pró-imigrante e da defesa de valores individualistas, é necessário reproduzir e aumentar a fertilidade nos grupos húngaros de classe média e de baixa classe média, aos quais o governo está disposto a fornecer um grande apoio (Melegh, 2016). O governo começou a apoiar “estudos de família” em oposição aos estudos de gênero.

Também houve ataques aos programas de estudos internacionais. O documento estratégico do governo contém um parágrafo pequeno sobre um futuro aumento dos vínculos internacionais na educação superior húngara (o que quer dizer introduzir mais programas de língua estrangeira) sem especificar qualquer ação real. Ao mesmo tempo, o documento faz referência à bacia dos Cárpatos, incluindo territórios de minorias húngaras em países vizinhos, como um homogêneo recurso educacional transfronteiriço para a Hungria, o que está relacionado ao fato de que importantes minorias húngaras vivem no entorno das fronteiras húngaras. De acordo com o documento, essas mudanças protegeriam as minorias húngaras contra a assimilação e a migração, ao proverem a educação superior em língua húngara nesses locais, de forma que elas não seriam obrigadas a se mudarem para a Hungria a fim de receberem aqueles serviços educacionais.

Entretanto, as minorias húngaras dos países vizinhos – como veremos abaixo – já constituem a maioria dos estudantes “estrangeiros”. Em vista disso, podemos afirmar que a política de educação superior assumiu uma clara orientação nacionalista ao tentar envolver, sobretudo, os nacionais húngaros como estrangeiros, uma tendência que, em certo sentido, também conflita com a orientação neoliberal de promoção da utilidade econômica imediata dos estudantes.

Como parte dessa ação estratégica, o governo está recorrentemente centralizando não apenas a educação primária e secundária, mas também a

educação superior, por meio da indução de reitores escolhidos pelo Estado para centralizar a gestão financeira da universidade e, até mesmo, promovendo agressivamente a Universidade Nacional de Serviço Público (NPSU) e oferecendo-lhe o monopólio sobre os programas. Esta instituição renovada abriga programas militares, policiais e de funcionários públicos, contando com privilégios especiais, dinheiro e estruturas físicas, enquanto outras universidades e faculdades têm sido atacadas por terem programas “em excesso” e não serem suficientemente eficientes.

Como parte dessas iniciativas, o governo está negociando a completa proibição ou a radical redução de vários programas, inclusive todos os estudos internacionais e o bacharelado em direito público, após reduzir a zero seu financiamento estatal.

Isto é acompanhado por um movimento para introduzir um programa até então desconhecido, para “Serviço Público Europeu e Internacional” na NPSU, o que não apenas revela uma completa desconfiança em relação aos programas já existentes de estudos internacionais e aos seus acadêmicos, mas também a vontade de aumentar o controle político centralizado e as oportunidades aos acadêmicos abertamente leais ao governo. Isto é promovido, adicionalmente, pelo fato de que é dada à NPSU uma ampla gama de benefícios sem paralelos, até mesmo a possibilidade de contornar o processo oficial do Conselho Húngaro de Credenciamento (assim, a NPSU pode criar programas educacionais sem verificação oficial) que, atualmente, inspeciona o desempenho de todos os institutos de educação superior. Com base nesta proposta preliminar, os estudantes interessados em estudos internacionais poderiam se inscrever apenas nesta universidade governamental. No final, esta proposta foi adiada, mas mostra claramente que os ataques aos chamados “globalistas” não foram dirigidos exclusivamente à CEU (Central European University).

O último passo do governo Viktor Orbán na Hungria foi o de agir rápido para fechar essa Universidade (CEU) financiada por George Soros, a mais rica e cara universidade de Budapeste, por uma lei que estipula que instituições com filiação estrangeira, que concedem diplomas aceitos simultaneamente na Hungria e em seu país de origem, não podem operar no país. Aqui, vários fatores podem ser observados.

Primeiro, Orbán está se unindo a todos os outros governos autoritários, como a Rússia, mas também muitos outros países, ao disciplinar forças transnacionais demasiadamente liberais, e particularmente George Soros, que financia e “conspira” contra governos nacionalistas democraticamente eleitos. Soros e “sua” universidade representam simbolicamente, portanto, o capitalismo financeiro cosmopolita destruindo os valores nacionais e, até mesmo, impondo

milhões de refugiados “suspeitos de terrorismo” contra os quais a nação deve ser protegida. Esta defesa legítima até mesmo tentativas de praticar algum controle sobre grupos “civis” com financiamento externo. Além disso, desde 2018, o governo húngaro vem tentando criminalizar qualquer “apoio à imigração” pela introdução da lei “Stop Soros”, avançando mais alguns passos em direção à radicalização.

### **Conclusões**

Devido às razões estruturais históricas acima descritas, o regime autoritário antiliberal recentemente estabelecido ganhou força e recebe muito apoio público ou uma indiferença positiva. Até hoje, o FIDESZ e suas políticas têm uma popularidade hegemônica. Este novo cenário, com sua campanha anti-refugiados e anti-Soros, é uma clara revitalização do discurso nacionalista radical dos anos 1930. Assim, após dismantlar o socialismo de Estado, a elite organizada por Orbán se apoia no retorno da necessidade de lutar para proteger a nação contra inimigos internos e externos.

Isto simboliza como a nova elite, ao desafiar aquelas anteriormente hegemônicas, se move, na verdade, em direção a posições nacionalistas radicais e autoritárias, e inicia uma luta aberta contra todas as forças globais, incluindo a União Europeia, que é vista como capturada pelo próprio Soros, cujas organizações são consideradas como operadoras do plano de Soros de destruir nações pela promoção de imigrantes e de elementos alienígenas anticristãos. Como Gramsci também disse na década de 1930, este momento de hegemonia de tais discursos só poderia ocorrer pela consonância da estrutura material de base, nomeadamente a insegurança de longo prazo de amplas massas da Europa do Leste, fator estrutural decisivo para o entendimento de tais mudanças (Gramsci *apud* Forgacs, 2000, p. 194).

Obviamente, essas tendências na Hungria estão interconectadas com o ciclo autoritário geral não apenas na Hungria, mas também em outros regimes repressivos da semiperiferia, tais como a Turquia de Erdogan, a Rússia de Putin, a Índia de Modi, a Ucrânia pós-Maidan. Ou mesmo os EUA, onde se tornou dominante a ideia de reformular o controle de recursos e de conquistar apoio popular por meio de campanhas de ódio e de programas da chamada defesa nacional. É demasiado assustador que estes países “vingativos” serão capazes de contribuir para um caos em larga escala e incontrolável, que se soma àquele do qual já estamos saturados, ligado ao ciclo anterior, que já introduziu muitas tensões.

## Referências

- BERENYI, E.; ERŐSS, G.; NEUMANN, E. (orgs.). *Tudas es politika: A kozpolitika-alkotas gyakorlata*. Budapest: L'Harmattan, 2011.
- BOROCZ, Jozsef. From Comprador State to Auctioneer State: Property Change, Realignment and Peripheralization in Post-State-Socialist Central Europe. In: SMITH, David A. ; SOLINGER, Dorothy; TOPIK, Steven (orgs.). *States and Sovereignty in the Global Economy*. London: Routledge, 1999.
- BOROCZ, Jozsef; KOVACS, Melinda (orgs.). *Empire's new clothes*. Unveiling EU enlargement. Central Europe Review. 2001. Disponível em <<http://www.ce-review.org/ebookstore/rutgers1.html>>. Acesso em 13 Fev. 2018.
- DEAK, Daniel. *The European Patterns of 'Homo Academicus' and the Chances of its Evolution in Current Hungarian Higher Education*. 2015. Disponível em <<http://oktatoihalozat.hu/wp-content/uploads/2015/06/SSRN-id2611751.pdf>>. Acesso em 13 Fev. 2018.
- DEPPE, Frank. Autoritarer kapitalismus. Demokratie auf dem Prufstand. Hamburg VSA-Verlag. Authoritarian Capitalism. *7th Annual Nikos Poulantzas Memorial Lecture*. Athens, 4. December 2013.
- EYAL, Gil; SZELENYI, Ivan; TOWNSLEY, Eleanor. *Making Capitalism without Capitalists: Class Formation and Elite Sfrugg/es in Post-Communist Central Europe*. New York: Verso, 1998.
- FEISCHMIDT, M.; HERVIK, P. Mainstreaming the Extreme: Intersecting Challenges from the Far Right in Europe. *Intersections – East European Journal of Society and Politics*, v. 1, n. 1, p.3-17, 2015. Disponível em: <https://intersections.tk.mta.hu/index.php/intersections/article/view/80>.
- FORGACS, David (org.). *The Gramsci Reader: Selected Writings 1916-1935*. New York: University Press, 2000.
- GAGYI, Agnes. “Coloniality of Power” in East Central Europe: External Penetration as Internal Force in Post-Socialist Hungarian Politics. *Journal of World-Systems Research*, vol. 22, n. 2, p. 349-372, 2016.
- GINELLI, Zoltan; MELEGH, Attila; BARANYI, Emese; CSANO, Szabina; PIROCH, Rudolf. Local global. Global society and higher education in Hungary. In: MORGAN, D.; HAZELDINE, G.; SALEM, A. (orgs.). *Higher education in post-Communist states*. Sociological perspectives. Berlin: Post-Soviet politics and society, 2018.
- MATTHEWS, David. *The state of higher education in Hungary*. 2017. Disponível em <<https://www.timeshighereducation.com/features/the-state-of-higher-education-in-hungary>>. Acesso em 13 Fev. 2018.

- MELEGH, Attila. Unequal Exchanges and the Radicalization of Demographic Nationalism in Hungary, *Intersections*, vol. 2, n. 4, p. 87-108, 2016. Disponível em: <<http://intersections.tk.mta.hu>>. Acesso em 13 Fev. 2018.
- \_\_\_\_\_. *On the East/West Slope*. Globalization, Nationalism, Racism and Discourses on Central and Eastern Europe. New York-Budapest: CEU Press, 2006.
- NEUMANN, E.; KISS, A.; FEJES, I. The Hard Work of Interpretation: the national politics of PISA reception in Hungary and Romania. *European Education Research Journal*, vol. 11, n. 2, p. 227–242, 2012.
- RILEY, Dylan J. Hegemony, Democracy, and Passive Revolution in Gramsci's Prison Notebooks. *Californian Italian Studies*, vol. 2, n. 2, 2010. Disponível em <<http://scholarship.org/uc/item/5x48f5mz>>. Acesso em 13 Fev. 2018.
- SZELENYI, Ivan. The Intelligentsia in the Class Structure of State-Socialist Societies. *The American Journal of Sociology*, vol. 88, Supplement: Marxist Inquiries: Studies of Labor, Class, and States, p. S287-S326, 1982.
- SZIKRA, Dorottya. Democracy and Welfare in Hard Times. The Social Policy of the Orban Government in Hungary since 2010. *Journal of European Social Policy*, vol. 24, n. 5, p. 486-500, 2014.
- TODOROVA, Maria. *Imagining the Balkans*. Oxford: Oxford University Press, 1997.